

O presente artigo mostra que o surgimento do individualismo, o civilizar dos costumes, o projeto do eu autônomo, a instrumentalização e a técnica e o esfacelamento do Estado geraram mudanças no padrão de individuação e reflexos sobre as funções psicológicas. A Psicanálise postula um sujeito marcado pelo Outro/Alteridade e pelos impasses de regulação pulsional, portanto, um sujeito que pressupõe a cultura para sua constituição.

Palavras-chave: Subjetividade, Psicanálise, Condição Subjetiva.



The present article shows that with the appearance of individualism, the civilization of customs, the project of the autonomous self, instrumentalization, technique and the pulverization of the State engendered changes in the standards of individuation and on the reflexes on psychological functions. Psychoanalysis postulates a subject marked by the Other/Alterity, and by impasses of pulsional regulation, that, that is, a subject that presupposes culture for its constitution.

Key-words: Subjectivity, Psychoanalysis, Subjective condition.

A Psicanálise e a Condição Subjetiva

Silvana Amado
Buainain

Psicóloga, Psicanalista e
Mestre em Educação pela UFMS

Um dos grandes desafios colocados à psicanálise foi sua inserção na Universidade exigindo um diálogo com outros campos de saber. Até a década de 60, havia sido excluída desse diálogo por estar trancafiada em seus guetos, se posicionando como auto-suficiente e preocupada com temas relativos a terapêutica, a teoria e a técnica. Na década de 80, no Rio de Janeiro, inicia-se a construção de um espaço de interlocução fecunda entre a psicanálise e outras disciplinas. A possibilidade então aberta, ocorreu através da pesquisa interdisciplinar. Contudo, através das fronteiras e confins da psicanálise foi possível estabelecer tal diálogo que retornou reflexivamente para os fundamentos da psicanálise, abrindo um campo de pesquisa não só referida à clínica mas referida ao social e a cultura.

A psicanálise por muitas décadas foi acusada de ser uma disciplina cujo objeto era de ordem individual e não de ordem social, como se, só o “mundo interno” merecesse consideração e o inconsciente pairasse, levantando com suas asinhas. Desse modo, tinha-se o império do social sobre o individual, ou o império do individual sobre o social ou ainda o império do racional sobre o pulsional. No entanto, essa separação entre o social e o individual só é possível em termos teóricos, não podendo corresponder à realidade empírica. Vale ainda ressaltar que o potencial de

ação humana não está restrito apenas às necessidades de reprodução do sistema mas articulado às transformações cotidianas que implicarão no advento de processos de mudanças e transformações sociais. Ora, as estruturas sociais existem em decorrência da ação do homem e nem sempre em função apenas de respostas racionais, portanto, determinada também, pelos desejos inconscientes.

A psicanálise, por muitas décadas, foi acusada de ser uma disciplina cujo objeto era de ordem individual e não de ordem social.

A concepção de subjetividade foi sendo reformulado a partir de trabalhos elaborados em várias áreas do conhecimento e tem sido difundido como parte integrante da ideologia individualista na sociedade contemporânea. A psicanálise que surge sob a influência do individualismo tenta dar conta da estruturação particular da subjetividade dentro de um contexto social-histórico. A singularidade, que a psicanálise aborda, é uma invenção recente e localizada, fruto do individualismo. No entanto, o sujeito deve ser pensado e referido ao seu contexto histórico e sua abordagem não é proposta apenas a partir de categorias trans-históricas: ela inclui significações sociais-históricas.

O surgimento do individualismo, o civilizar dos costumes, a separação entre a esfera pública e a privada, o projeto de constituição do eu autônomo, a instrumentalização e a técnica, assim como, o esfacelamento do Estado geraram mudanças no padrão de individualização e, conseqüentemente, reflexos sobre as funções psicológicas.

Emergência do Individualismo: da Religião ao Estado Moderno

Através dos ensaios de Dumont¹, foi possível pensar o lugar da ideologia na constituição do indivíduo moderno. O autor afirma que essa moderna configuração de valores, foi gestada na Idade Média, durante a grande mudança que desembocou na supremacia do Estado separado da Igreja; o indivíduo cristão forjado, durante os primeiros séculos da Idade Média, que

era estranho ao mundo, viu-se progressivamente envolvido por ele. A partir do século XIII, o político enquanto esfera da sociedade começa a emancipar-se das garras do teológico; o Estado Moderno emerge juntamente com o humanismo propiciando o progresso do individualismo. Porém, somente a partir do século XVII, o individualismo se cristaliza enquanto forma acabada de ideologia graças a emancipação da esfera econômica.

Pode-se dizer que algo do individualismo moderno tem sua raiz nos primeiros cristãos e no mundo que os cerca. Ao se interrogar o individualismo, observa-se que ele resultou da ruína da *polis* grega e da unificação do mundo, processo no qual a religião esteve presente como fermento essencial para a gestação do indivíduo enquanto valor². Assim, para os primeiros cristãos, as coisas do mundo constituem apenas meios ou estorvos na busca do reino de Deus e a relação entre os homens baseia-se na idéia de que são feitos à imagem de Deus e de que estão em união com ele. Esse quadro muda devido a evolução das relações entre a

¹ DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985, p. 21.

² *Ibid.*, p. 36.

Igreja e o Estado, quando surge a reivindicação de um direito inerente ao poder político. A partir daí, a relação entre o divino e o terreno se impõe, pois o divino pretende reinar sobre o mundo por intermédio da Igreja tornando-a mundana. O indivíduo cristão fica, desde então, intensamente implicado no mundo e a Igreja transforma-se, por não ser mais constituída de diferentes ordens e funções, mas de indivíduos. Nos primeiros séculos da Igreja, o indivíduo enquanto valor, aparece como alguém situado no exterior da organização social e política; é necessário a esse estranho ser adaptar-se a esse novo mundo regido por uma nova ética.

A oposição indivíduo, Igreja, mundo, cristaliza-se com Calvino, para quem o elemento antagônico e a dicotomia hierárquica desaparecem, dando lugar a unificação. A partir da cristalização dessa visão, o indivíduo está no mundo e o valor individualista reina sem restrições nem limitações³. O extramundano depende da vontade do indivíduo, e resulta de uma mudança onde o indivíduo, antes fora do mundo, se vê agora dentro do mundo. Doravante, a Igreja é a instituição da graça e da salvação, reconhecida como instância disciplinadora dos indivíduos e dos governos políticos, tornando-se uma associação de indivíduos. No domínio político, a Igreja passa a compartilhar os valores absolutistas e universalistas emergentes, o que vem favorecer o processo de distinção entre poder espiritual e temporal. Até a Reforma, a Igreja havia sido uma mediadora entre o indivíduo fora do mundo e o mundo - sociedade, império ou Estado.

A partir do século XIII, ressurgiu a instância política e com ela a instituição do Estado Moderno, onde se observa o

desenvolvimento do indivíduo enquanto ser moral. O surgimento do direito ocorre como reconhecimento social do poder e o indivíduo aparece como objeto da Filosofia e do Direito. Neste movimento instituinte da sociedade, o Estado vem ocupar o lugar da Igreja no plano político, a partir do século XIV, gerando grandes mudanças concomitantes com a supremacia da Igreja até o século XVI. Se a sociedade torna-se Estado individual, o essencial da religião ficou preservado no santuário que é a consciência de cada cristão individual. Assim, a liberdade de consciência foi cronologicamente, o primeiro, dos aspectos da liberdade política e a raiz de todos os demais. Com a revolução individualista, o religioso desdobrou-se em jurídico, político e econômico.

O Processo Civilizador: do Estado Moderno à Revolução Francesa

A religião, sem dúvida, produziu mudanças nos valores sociais que deram origem ao mundo autônomo das instituições e especulações políticas e nesse pro-

A formação gradual da sociedade absolutista trouxe consigo um civilizar dos costumes e uma modelação da economia das pulsões.

cesso também transformou-se. O individualismo é o herdeiro da religião e como tal, ele assegura uma mudança na moderna configuração de valores, cuja característica é ser atomizada e centrar-se no homem individual.

De acordo com Elias⁴, com a mudança na forma de dominação política, ocorreu uma mudança estrutural na sociedade

³ *Ibid.*, p. 63.

⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 2, p. 16.

Ocidental, iniciada na Idade Média e caracterizada pela luta entre a nobreza e a Igreja e, posteriormente, com a inclusão da burguesia no entrechoque. Como resultado dos conflitos, os príncipes acumularam e concentraram poder em suas mãos, consolidando assim a era do Absolutismo. Não apenas reis isolados expandiram seu poder, também as instituições monárquicas adquiriram novo relevo. A formação gradual da sociedade absolutista trouxe consigo um civilizar dos costumes e uma modelação da economia das pulsões. Para Elias, “A sociogênese do absolutismo ocupa, de fato, uma posição decisiva no processo global de civilização”.⁵

Na origem desse processo a organização militar centralizada, do sistema feudal, desintegrou-se durante as Cruzadas, levando à formação de um centro monopolista de organização estatal. Esse poder militar antes nas mãos dos nobres passou a concentrar-se nas mãos de um único homem, o rei, que apoiado na renda tributária, mantinha o exército. O processo de formação da sociedade sob forma de Estado que centraliza a renda de impostos e a força física num vasto território, teve repercussões na conduta e sentimentos humanos numa direção específica.⁶

Na história do Ocidente, as funções sociais, sob pressão da competição, vão se tornando mais diferenciadas e nume-

se de forma mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual seja compatível com uma determinada função social. A crescente diferenciação social, ocorrida devido a progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependências, gerou uma maior regulação em relação aos impulsos. Impondo-se o autocontrole como regulação constante do comportamento, garantindo assim, a permanência do indivíduo na cadeia de ações; alterando o quadro psicológico da sociedade pelo civilizar dos costumes. Decorreu, daí uma reorganização do tecido social com base no autocontrole estreitamente ligado à monopolização da força física, associada à crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade.⁷

Nas sociedades com monopolização da violência, surge um novo tipo de autocontrole ou de autolimitação que assume, em parte, a forma de um autocontrole consciente e em parte, torna-se um hábito automatizado. O indivíduo é protegido da violência externa mais é levado a reprimir-se, pois, a ameaça que um homem representava para o outro fica sujeita ao controle mais rigoroso. A vida tornava-se mais livre, a violência agora confinada aos quartéis, penetrava na vida cotidiana somente em tempos de guerra. Uma única autoridade respondia pela monopolização da violência física, pela concentração de armas e de homens

armados e pelo controle dos homens desarmados em espaços sociais pacificados onde, por precaução era imposto o autocontrole.

Desta sorte, ve-

rifica-se uma moderação mais uniforme e uma limitação mais contínua, um controle mais exato das emoções e paixões, segundo um padrão

Nas sociedades com monopolização da violência, surge um novo tipo de autocontrole ou autolimitação, um controle mais rígido das emoções e das paixões.

rosas. À medida que as pessoas sintonizam sua conduta com a conduta das demais, a teia de ações tende a organizar-

⁵ *Ibid.*, p. 19.

⁶ *Ibid.*, p.193.

⁷ ELIAS, Norbert. *O processo...*, *op. cit.*, p. 197.

mais diferenciado de entrelaçamento social. As pressões que atuam sobre o indivíduo tendem a produzir uma transformação de toda a economia das paixões e afetos rumo a uma regulação contínua, estável e uniforme. Parte das tensões que antes eram liberadas na luta com outro homem será elaborada no interior do ser humano que necessitava de um superego mais controlador para poder ficar em conformidade com a estrutura

social vigente. A partir daí, a teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante sua infância e a sua juventude molda sua personalidade em formação, de tal modo que o equilíbrio formado entre as instâncias controladoras e as pulsões determina a forma como a pessoa se orienta em suas relações com as outras.

É na vida da corte, durante os séculos XIV e XVI, que as possibilidades de uma visão psicológica do homem e de uma percepção do outro como humano emergem. O abrandamento das pulsões tornou possível o aparecimento da psicologização e da racionalização. No entanto, o controle e as restrições às pulsões e à capacidade de precisão nunca estiveram ausentes; somente tornaram-se mais complexas com a divisão de funções sociais e com o aumento do número de pessoas com as quais o indivíduo sincronizava suas ações.

Entre os séculos XVII e XIX, houve uma interpenetração dos padrões de conduta da nobreza e da burguesia e a partir da crescente integração de atores na rede de interdependências formada pela monarquia, nobreza e burguesia, compelindo a nobreza da corte a exercer um rigoroso controle de suas emoções e uma precisa modelação de sua conduta. A

gradual transição para uma conduta mais racional e para um tipo de autocontrole mais diferenciado e abrangente teve seu germe na sociedade aristocrática. A difusão desses novos princípios sociais alcançou o ápice entre os séculos XVIII e XIX. Na verdade, esse tipo de mudança

É na vida da corte, durante os séculos XIV e XVI, que as possibilidades de uma visão psicológica do homem e uma percepção do outro como humano emergem.

não se originou numa classe mas num conjunto de tensões entre diferentes grupos funcionais no campo social.

As conseqüências da diminuição do medo físico direto de outras pessoas, a consolidação das ansiedades interiores automatizadas e das compulsões que o indivíduo exerce sobre si mesmo, fazem aparecer a racionalização que é a modelação na economia das pulsões, hoje conhecida pelos nomes de vergonha, repugnância ou embaraço⁸. Tanto a vergonha como a racionalização constituem aspectos da cisão presentes na personalidade, devido a divisão de funções, a diferenciação social e ao controle das pulsões. A partir do século XVI, a fronteira entre vergonha e embaraço começou a estender-se. O aumento de restrições e a modelação da economia das pulsões iniciou-se com a conversão da nobreza cavaleirosa em nobreza da corte. A necessidade para a nobreza de distinguir-se da classe burguesa determinou a valorização da conduta polida como principal instrumento na competição e no prestígio, acarretando um refinamento do gosto⁹.

À medida que crescia o poder da burguesia havia uma valorização da autoimagem burguesa, e a imposição de seus códigos de conduta sobre as outras clas-

⁸ *Ibid.*, p. 242.

⁹ ELIAS, Norbert. *O processo...*, op. cit., p. 249.

ses. O modo de vida específico dos Estados Modernos estava ligado a tipos específicos da imagem de homem e de autoconsciência individual que eram diferentes da imagem de homem predominante em outros tempos. A autoconsciência e a imagem de homem que temos hoje só aparece tardiamente na história e só foi difundida no Renascimento. A noção do *eu* surge na passagem de uma concepção de ser humano e de mundo, alicerçada na religião durante a Idade Média, para uma concepção dos mesmos alicerçada no processo de secularização.

A partir do Renascimento, a autoconsciência e a imagem do homem foram se

apenas o id, o ego e o superego, mas a relação entre eles que conflitante ou harmoniosa dirige as condutas. Essas funções mentais conscientes e inconscientes não são de natureza imutável, mas resultado do processo civilizador.

Novo impulso ao Individualismo: Do Iluminismo à Revolução Democrática

O Iluminismo dá novo impulso ao individualismo quando introduz os valores de igualdade e liberdade. A sociedade liberal negava a hierarquia e a necessidade de todos, recorrendo às leis de troca mercantil e à identidade natural de interesses, para

As noções de singularidade, originalidade e auto-realização, são alcançadas no século XX, por ocasião dos movimentos de interiorização das relações sociais.

assegurar a ordem e a satisfação geral. O liberalismo foi o terreno favorável para um novo impulso da sociedade individualista atomizada, cujos valores e práticas ideais baseavam-se no reinado do eu e na consolidação da autonomia das esferas privada e pública. Com a queda do absolutismo e com a Revolução Francesa, a naturalidade com que se aceitava a diferença de condição social, abandona o palco, tornando a sociedade obra do homem. Na medida, em que as distinções sociais não mais se fundam na natureza, aparece o desdém e como consequência dele há uma valoração moral, uma opção pelo homem e uma crença num civilizar do homem onde a família passa a ter função de agência disciplinadora a fim de individualizar e normatizar as crianças. A família deixa de ser o espaço exclusivo de liberdade privada, pois o Estado embora não intervenha diretamente nesse espaço, cria condições para uma nova arrancada do individualismo, significando uma oportunidade maior de individualização.

formando nos moldes em que existem atualmente. Foi um progresso gradativo em direção a um novo estágio de autoconsciência se comparado àquele das sociedades medievais. O homem ascende a um novo nível de autoconsciência, cujo produto importante foi a ascensão das Ciências Naturais. Logo, essa forma de autoconsciência multifacetada é consequência das modificações no estilo de vida social que impuseram uma crescente restrição aos sentimentos, uma necessidade maior de observar e de pensar antes de agir em relação aos objetos e aos seres humanos. A percepção de si mesmo, como observador e pensador, retificada no discurso e no pensamento é a origem do reconhecimento da existência de uma entidade dentro do indivíduo.

Assim, a racionalidade e os padrões de sentimentos, a auto-imagem e a economia pulsional diferem de acordo com as diferentes formas de redes de interdependências que a sociedade engendra. Para compreendermos a subjetividade, o que é decisivo não é compreender

assegurar a ordem e a satisfação geral.

O liberalismo foi o terreno favorável para um novo impulso da sociedade individualista atomizada, cujos valores e práticas ideais baseavam-se no reinado do eu e na consolidação da autonomia das esferas privada e pública. Com a queda do absolutismo e com a Revolução Francesa, a naturalidade com que se aceitava a diferença de condição social, abandona o palco, tornando a sociedade obra do homem. Na medida, em que as distinções sociais não mais se fundam na natureza, aparece o desdém e como consequência dele há uma valoração moral, uma opção pelo homem e uma crença num civilizar do homem onde a família passa a ter função de agência disciplinadora a fim de individualizar e normatizar as crianças. A família deixa de ser o espaço exclusivo de liberdade privada, pois o Estado embora não intervenha diretamente nesse espaço, cria condições para uma nova arrancada do individualismo, significando uma oportunidade maior de individualização.

Com a Revolução Democrática no final do século XIX e início do século XX, o homem viveu sob a exigência de apresentar-se como autônomo, singular e independente. Na sociedade democrática, devido ao desenvolvimento de um maior grau de autocontrole e graças à separação entre o ideal e o real, os valores de liberdade e de igualdade regem as relações sociais, imprimem suas marcas nas relações familiares, modificam sua estrutura impondo uma nova relação entre as estruturas psíquicas devido a exigência da sociedade de um projeto de constituição do eu autônomo. Tocqueville, em *A Democracia na América*¹⁰, ao comparar as sociedades aristocráticas com as sociedades igualitárias, identifica a ocorrência de um deslizamento da *realidade* em relação à *idealidade*. Para ele, nas sociedades aristocráticas, o homem dependia de outrem e de algo fora dele, embora existisse nelas uma estabilidade entre o plano real e o plano ideal, isto é, os ideais coincidiam, aparentemente, com a realidade posicional dos sujeitos. As pessoas nasciam em determinada posição e estavam condenadas a ela; não havia como realizar projetos para sair disso. Com a democracia, surge um intervalo entre o ideal e o real e a arquitetura da subjetividade dotada de leis e princípios, pôde ser estudada. Assim sendo, no final do século XIX foi possível surgir a Psicanálise.

Outras mudanças importantes decorridas da Revolução Democrática foram: o aparecimento do Estado Técnico e Organizador, a separação entre lugar de trabalho e lugar das demais atividades e a revolução na afetividade¹¹. A nova sociabilida-

de surge com a nuclearização da família em domínio privado e sua relação com o público: os cafés aparecem como lugar do discurso e ambos escapam ao controle do Estado. As fronteiras entre os espaços público e privado determinam modos de pensar, sentir e amar que variam segundo os discursos predominantes de cada época.

No individualismo da sociedade contemporânea, o homem passa a assumir o sentido de indivíduo singular diferenciando-se de metas e interesses alheios, a auto-observação e o auto-desenvolvimento assumidos como normas mudam suas relações com os ideais. As noções de singularidade, originalidade e auto-realização, são alcançadas no século XX, por ocasião dos movimentos de interiorização das relações sociais na família e do surgimento do imaginário individualista. Esses dois elementos são importantes na estruturação da subjetividade, pois é a família que transmite esses ideais aos filhos, portanto, a estrutura familiar é um operador importante no processo de individuação e estruturação da subjetividade.

A Subjetividade nas Sociedades Complexas

Nas sociedades complexas, o número cada vez maior de funções relativas à

O processo de formação do Estado e as mudanças na família favoreceram tanto a individuação como o desligamento das pessoas dos grupos tradicionais.

proteção e ao controle do indivíduo, desloca-se para os Estados altamente cen-

¹⁰ TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiba; São Paulo: Edusp, 1987, p. 446-450. Essa questão também é trabalhada por FIGUEIRA, Sérvulo. Alexis Tocqueville e a Psicanálise. In: *Nos bastidores da psicanálise: sobre política, história, estrutura e dinâmica do campo psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 161. (Série Analytica).

¹¹ ARIËS, Philippe. A família e a cidade. In: VELHO, Gilberto & FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (Coord.). *Psicologia, família e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981, p. 15.

tralizados e urbanizados; o indivíduo tem que lutar mais por si mesmo, tem que exigir cada vez mais um controle geral dos afetos, uma negação e uma transformação deles. A vivência do conflito individual, a privatização, a exclusão de certas esferas da vida do intercâmbio social juntamente com os sentimentos de vergonha e de embaraço, despertam no ser humano a sensação de ser separado das outras pessoas. Com a crescente especialização da sociedade, aumentam as exigências feitas de autocontrole consciente e inconsciente.

O processo de formação do Estado e as mudanças na família favoreceram tanto a individualização - pela maior ênfase na identidade-eu das pessoas isoladas - como o desligamento dessas pessoas dos grupos tradicionais. O equilíbrio entre a identidade-eu e a identidade-nós vem sofrendo convulsões desde a Idade Média.

A partir do imaginário individualista, emerge o outro, como nosso semelhante, aquele com quem podemos nos identificar¹². O outro, é o lugar ao qual podemos ter acesso através de nós mesmos. O eu, ocupa o lugar do outro, e o outro ocupa o lugar do eu, na medida em que o eu pode se tomar como um outro, isto é, como objeto. Não é apenas a identificação que gera a igualdade mas porque podemos nos identificar com pesso-

Hoje, época em que opera a ciência, os objetos que reinvidicamos para a realização do desejo passam a ser inventados pelos tecnólogos, num quadro de redução da demanda à necessidade, e de restrição do intervalo necessário entre o desejo e o gozo. A tecnologia opera uma modificação nos ideais que orientam nossa cultura de tal sorte que ideais antes baseados no *ser* agora são referenciados pelo *ter*. O ideal de *ser* leva à dúvida, e o de *ter* leva ao fazer para obter o que se almeja:

O fanatismo do ter é muito mais difícil de ser combatido que o fanatismo do ser, justamente pela eliminação da dúvida que ele opera. A instrumentalização da condição humana é o dispositivo pelo qual a dúvida é eliminada da dimensão do agir.¹³

A sociedade não fornece mais uma sustentação suficiente para a fundação subjetiva, nem oferece quadros de valores ou modelos de ações consistentes; as normas sociais perdem parcialmente sua força, excluindo até mesmo o sujeito dos sistemas de trocas. Desse modo, o nosso projeto racionalizante desvincula objetividade e subjetividade e relega o sujeito ao privado.

A burocracia moderna, o culto ao consumismo e a razão deixaram de impor limites ao homem. O capitalismo subordina o *ser* ao *ter*, o valor de uso dos objetos ao seu valor de troca pois o objeto é mediado pela competição social, pelo

prestígio e pelos modelos. O objeto é transformado em Bem Supremo gerando uma modificação na subjetividade que deveria se realizar nos contextos da dívida

A tecnologia opera uma modificação nos ideais que orientam nossa cultura, de tal sorte que os ideais antes baseados no "ser" agora são referenciados pelo "ter".

as, objetos e funções pois vivemos num mundo regido pelo igualitarismo enquanto significação imaginária social que inaugura a equivalência entre pessoas, objetos e funções.

simbólica e da demanda de reconhecimento do Outro, que fornecem ao sujeito um lugar simbólico na relação com outro sujeito. A estrutura social mudou sob os impactos da ênfase dada à produção ca-

¹² FIGUEIRA, Sérvulo. Alexis Tocqueville e a Psicanálise. In: *Nos bastidores...*, op. cit., p. 163.

¹³ SOUZA, Octávio. Limites no conflito entre religião e psicanálise. In: BOLETIM da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, *Psicanálise e ilusões contemporâneas*, n. 10, Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 14.

pitalista para o consumo, ao crescimento de grandes organizações e burocracias, às condições hostis e perigosas da vida social que marcaram uma mudança na organização da personalidade orientada cada vez mais para o interior de si mesma. Esse momento foi a apoteose do individualismo. Com o culto ao eu e com a personificação há um enfraquecimento do sentido histórico, um clima científico e não religioso, um enfraquecimento da autoridade patriarcal, um culto à expansão da consciência, da saúde e do crescimento pessoal, no qual as questões sociais se transformaram em questões pessoais. Com o enfraquecimento da autoridade patriarcal, cristalizada pela burocracia, pela instrumentalização e pela técnica, o saber paterno é substituído pelo saber científico mediador atual das relações sociais. O saber da ciência enquanto saber real, reduz o intervalo necessário entre o real e o ideal.

A racionalidade instrumental dos indivíduos humanos é socialmente instituída e imposta através da linguagem¹⁴. Essa racionalidade aparece na técnica, nas organizações capitalistas e na burocracia moderna que aniquilaram a idéia de indivíduo, de leis e de mundo comum, construindo em seu lugar um mundo fantasmagórico regido por ordens que emanam de Ninguém, corroendo toda possibilidade de convívio social solidário, desprovendo o indivíduo de vontade e de poder. Atualmente, as representações e o querer dos homens são formados pela tecnociência. Todos crêem que ela é onisciente e onipotente. Ela faz parte e intervéem na determinação do imaginário do homem contemporâneo, da sociedade e das instituições. É com essas determinações

que surge o fenômeno do consumo.

A unidade social hoje é definida como Estado, numa integração e união global dos Estados, cuja conseqüência é a perda da soberania de Estados individuais. Os seres humanos estão, portanto, envolvidos num imenso processo de integração

O sujeito do qual fala Freud é tão fruto do individualismo quanto do abismo criado entre o indivíduo e o social, que a psicanálise é acusada de provocar.

que convive com desintegrações secundárias. As estruturas das sociedades complexas estão baseadas na diferença entre as pessoas, onde sua identidade-eu é mais valorizada do que a identidade-nós. A identidade-nós desempenhou um papel mais importante no mundo antigo quando comparada à identidade-eu, bem mais valorizada no mundo contemporâneo. Para a grande parte das pessoas o espaço reservado ao referencial da identidade nós em seus mapas afetivos é uma área em branco. O nós fica restrito à família, à casa, à região natal e à filiação a um país. Estamos numa fase de transição na qual a identidade-nós está esmorecendo.

Portanto, existem tensões e conflitos entre os níveis coexistentes. Os indivíduos ficam afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos, apesar de nascerem e viverem dentro de culturas e tradições particulares. A mobilidade material e simbólica de valores que aponta para a complexidade e heterogeneidade da sociedade contemporânea acarreta uma multiplicidade de identidades sociais e de referências e um número maior de configurações de valores¹⁵. A unidade de integração em âmbito continental é uma exigência prática,

¹⁴ CASTORIADIS, Cornelius. Técnica. In: *Encruzilhadas do labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 235-263.

¹⁵ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 97-98.

mas ao contrário das unidades nacionais, ela não está associada a intensos sentimentos de nós. A identidade-nós ainda está defasada em relação à realidade de integração já alcançada. Essa passagem de um mundo determinado por regras explícitas de integração para outras formas ainda em gestação afeta a identifica-

importância do social na constituição do psiquismo. Na segunda tópica, isso fica claro porque a dimensão social não pode ser reduzida a projeções individuais, a noção de alteridade ou a efeitos das identificações recíprocas. Dentro da teoria psicanalítica, a relação entre as instâncias psíquicas também marcam a articu-

lação entre o social e o individual, ao demonstrar que partes do ego e do superego carregam os traços sociais. A identidade¹⁶ pessoal e subjetiva aparece selada pela

O sujeito da psicanálise é o sujeito do desejo, o sujeito do inconsciente fundado no Outro e nas pulsões, e só se torna visível após o nascimento do sujeito do direito...

de das instituições e dos indivíduos. Dado que a transição para uma nova integração da humanidade encontra-se em seu estágio inicial, vive-se a expectativa de que deverá surgir um novo *ethos*, ou seja, uma nova forma de subjetivação que conseqüentemente acarretará mudanças na subjetividade.

Enfim, pode-se perceber que a arquitetura do sujeito se torna visível em um momento específico do processo de emergência de certas formas de individualismo pois o conceito de indivíduo tem sua forma acabada nas sociedades igualitárias, com a determinação do *dentro* e do *fora* do sujeito, onde o psiquismo individual é foco privilegiado de significados. A trajetória do indivíduo passa a ser um elemento constitutivo da sociedade. Os desejos, as experiências pessoais, os amores, os traumas e os triunfos do indivíduo são enfatizados constituindo-se em indicadores de sua singularidade.

O sujeito do qual fala Freud é tão fruto do individualismo quanto do abismo criado entre o indivíduo e o social, que a psicanálise é acusada de provocar. A psicanálise fala da singularidade do sujeito, no entanto, Freud nunca negou a

diversidade dos universos simbólicos. As diversas facetas da identidade egóica culturalmente construídas, são valorizadas ou negadas segundo os ideais do ego criados pela rede social. São os papéis desempenhados pelos ideais, pelos diferentes tipos de normas e pela multiplicidade de modelos e de referências identificatórias, na articulação dessas criações sociais que constituem o sujeito e sua identidade.

É importante salientar que não são as funções isoladas de cada instância - id, ego e superego - mas a articulação entre elas que possibilita a avaliação da relação entre indivíduo e sociedade, e a avaliação dos custos que a cultura acarreta para o sujeito como as renúncias, conflitos e insatisfações como nos mostra Elias. A cultura, como agente de interdições e proibições, exerce pressão sobre o sujeito na medida em que sua dimensão proibitiva opera dentro do sujeito, através do superego e ideal do ego, internalizando as regras sociais na organização mental. A imposição das restrições morais provê as oportunidades para a satisfação narcísica por meio da identificação com ideais da cultura e desempenha ao mes-

¹⁶ O emprego do termo identidade pede alguns comentários pois sugere uma idéia de unidade e estabilidade que é conflitante com o descentramento do sujeito. Em psicanálise usamos o termo identificações, marca simbólica que o sujeito adquire, não sua unidade mas a sua singularidade. A identidade do sujeito, a subjetividade não é o sujeito ele mesmo ou consigo mesmo, ela não é apenas uma única faceta do sujeito mas uma faceta que muda a cada instante.

mo tempo, uma função consoladora: substitui a satisfação narcísica através de ritos e instituições sociais. Essa interiorização das regras sociais está na dependência direta da inserção do indivíduo na rede social, isto é: no jogo das interdependências. Mesmo o conceito de inconsciente, definido muitas vezes como sinônimo de interioridade, está ancorado no Outro.

Para a psicanálise o psiquismo se funda no inconsciente, não se restringindo à interioridade, ao universo da privacidade absoluta da individualidade como na psicologia clássica. Esse sujeito da psicologia, muitas vezes, é representado de maneira solipsista, como mônada interiorizada no campo da consciência. A concepção de sujeito, fundada no sentido e na história foi a condição de possibilidade para a construção do conceito de inconsciente pois Freud buscou a significação no registro da linguagem e não no registro da consciência. O sujeito se constitui apenas pelo outro e através do outro. Para o discurso freudiano, o psiquismo é interioridade e exterioridade ao mesmo tempo. Ele é diálogo com o Outro, encontrando na ordem da linguagem o campo para sua produção e para a sua reprodução como fenômeno. É mediante o diálogo e os

efeitos do sujeito sobre outros sujeitos que se constitui as marcas de sua verdade. O sujeito em psicanálise pressupõe a cultura para a sua constituição, sendo a cultura, ordem simbólica e condição de possibilidade do sujeito. Enfim, o inconsciente é o conjunto de efeitos do Outro no psiquismo e o diálogo do sujeito com o Outro mediante esses mesmos efeitos psíquicos.

A psicanálise, sem dúvida, postula uma concepção de subjetividade que marca uma ruptura com a concepção de indivíduo vinda do Iluminismo. Com a quebra na ordem hierárquica da sociedade tradicional emerge um sujeito marcado pela dúvida, pois, o sujeito teve de se articular numa multiplicidade de redes sociais.

O sujeito da psicanálise é o sujeito do desejo, o sujeito do inconsciente fundado no Outro e nas pulsões, e só se torna visível após o nascimento do sujeito do direito, o indivíduo enquanto valor. Esse sujeito se funda nas regulações simbólicas, marcado pela alteridade e pelos impasses da regulação pulsional. O sujeito do desejo não é uma substancialidade, mas a construção histórica ancorada nos fundamentos da modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, Phillippe. A família e a cidade. In: VELHO, Gilberto & FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (Coord.). *Psicologia, família e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- CASTORIADIS, Cornelius. Técnica. In: *Encruzilhadas do labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- . *Homo hierarchicus: Um ensaio do sistema de castas*. São Paulo: Edusp, 1992.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- . *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FIGUEIRA, Sérvulo. Alexis Tocqueville e a Psicanálise. In: . *Nos bastidores da psicanálise: sobre política, história, estrutura e dinâmica do campo psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Série Analytica).
- SOUZA, Octávio. Limites no conflito entre religião e psicanálise. In: BOLETIM da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, *Psicanálise e ilusões contemporâneas*, n. 10, Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiba; São Paulo: Edusp, 1987.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.